



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
JOSÉ SERRA
PREFEITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
MAURO RICARDO MACHADO COSTA
SECRETÁRIO

DEPARTAMENTO DA CONTADORIA
ROSELI SILVESTRE MIRANDA
DIRETOR

BALANÇO GERAL DE 2005 ÍNDICE

VOLUME I

Demonstrativos Gerais

Relatório Técnico do Balanço Geral	001/042
Balanço Orçamentário - Anexo 12	043
Balanço Financeiro - Anexo 13	044
Balanço Patrimonial - Anexo 14	045
Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15	046
Demonstrativo da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1	047
Resumo da Execução da Receita Orçamentária - LOMSP art. 137, § 3º	048
Resumo da Execução da Despesa Orçamentária - LOMSP art. 137, § 3º	049
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - Anexo 10	050/058
Resumo da Movimentação de Fundos	059

Demonstrativos Analíticos das Contas do Balanço Patrimonial

Ativo

Disponível	060/070
Realizável	071/072
Permanente	073/094
Compensado	095/194
Cancelamentos Automáticos de Empenhos – Decreto nº 46.872/05	195/258

Passivo

Demonstrativos Analíticos da Dívida Flutuante	259/265
Demonstrativo da Dívida Flutuante - Anexo 17	266
Demonstrativos da Dívida Fundada - Anexo 16	267/268
Demonstrativo Analítico do Passivo Permanente	269/274

VOLUME II

Demonstrativos da Execução Orçamentária

Comparativo da Despesa Autorizada com a Despesa Realizada - Anexo 11	001/237
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade - Anexo 6	001/106
Demonstrativo da Despesa, Função, Subfunção, Programa, Projeto, Atividade e Operação Especial - Anexo 7	001/008
Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa conforme Vínculo com os Recursos - Anexo 8	001/006
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9	001/010

Demonstrativos Analíticos dos Restos a Pagar

Contas Restos a Pagar - Exercícios 2000 a 2005	001/324
Serviço da Dívida – Exercício 2005	001



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DA CONTADORIA

“A Administração Pública tem o dever de prestar contas de sua gestão à Sociedade”

RELATÓRIO TÉCNICO DO BALANÇO GERAL DE 2005

Apresentamos à Sociedade o BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO DE 2005, visando à transparência na elaboração e divulgação dos documentos orçamentários e contábeis, em linguagem simples e objetiva. Evidencia-se o equilíbrio das contas públicas mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com observância ao que determinam as legislações pertinentes, em especial: a Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Este relatório tem como objetivo primordial oferecer os subsídios necessários à análise do perfil financeiro e patrimonial desta Prefeitura, bem como de suas fontes de recursos, da aplicação de suas despesas, dos investimentos e de seus resultados.

Referida análise está contemplada nos demonstrativos contábeis e gráficos a seguir relacionados:

- 1 - Balanço Orçamentário
- 2 - Balanço Financeiro
- 3 - Balanço Econômico
- 4 - Balanço Patrimonial
- 5 - Gráficos Ilustrativos

PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

1. A execução do orçamento do exercício de 2005 foi realizada em consonância com os dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:
 - Lei Federal nº. 4.320/64
 - Lei Orgânica do Município de São Paulo
 - Lei Municipal nº. 13.875/04 – Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias
 - Lei Municipal nº. 13.942/04 – Estima a receita e fixa a despesa
 - Decreto Municipal n.º 45.695/05 – Fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira.
2. As receitas foram registradas obedecendo ao preceito do Regime de Caixa, ou seja, reconhecidas no momento de sua efetiva entrada no Erário Municipal.
3. As despesas foram registradas obedecendo ao preceito do Regime de Competência, ou seja, apropriadas ao período da ocorrência dos fatos.
4. Os bens patrimoniais imóveis foram reavaliados com base no índice do IPC - FIPE, o qual apurou o percentual inflacionário de 4,53% a.a., conforme Resumo do Relatório dos Bens Patrimoniais Imóveis, elaborado pelo Departamento Patrimonial da Secretaria dos Negócios Jurídicos.
5. Os bens de almoxarifado foram avaliados pelo preço médio ponderado do estoque.
6. A dívida fundada foi atualizada monetariamente na seguinte conformidade:
 - dívida contratada interna, com base nos índices econômicos: UPR, TR, IGPM, TJLP e dólar americano (Lei nº.11.324/92).
 - dívida contratada externa, pela variação cambial do dólar americano.
 - os débitos decorrentes com precatórios foram atualizados com base no índice INPC/IBGE.

1- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, de que trata o artigo 102 da Lei Federal n.º 4.320/64, tem por finalidade demonstrar a receita prevista e a despesa autorizada em confronto com as realizadas, cujo diferencial permite conhecer e avaliar o resultado orçamentário do exercício.

O Orçamento-Programa da Administração Direta do Município de São Paulo fixou a despesa e estimou a receita no montante de R\$15.200.000.000,00, em conformidade com a Lei Municipal n.º. 13.942/04.

1.1 – RECEITA

1.1.1 - Das ações para ampliar a Receita

- Realização de licitação na modalidade “Pregão” visando a contratação de instituição financeira que ficaram responsáveis pela movimentação e aplicação dos recursos financeiros, bem como pelo pagamento a servidores e fornecedores, o que resultou no ingresso de, aproximadamente, R\$530 milhões.
- Instituição de mecanismos para inibir a evasão de recursos do ISS.
- Cobrança administrativa de débitos tributários no âmbito da Secretaria de Finanças, com a inclusão da “Operação Malha-fina”.
- Implementação de medidas para evitar a sonegação do ITBI.
- Intensificação das ações de cobrança da Dívida Ativa.
- Implantação de nova sistemática de inscrição e baixa de empresas, por meio da Internet, junto ao cadastro do fisco municipal.
- Introdução de novas sistemáticas que permitem a escolha da data de pagamento e do local de entrega do carnê do IPTU, bem como a atualização dos dados cadastrais do proprietário do imóvel.
- Consolidação de todas as legislações tributárias municipais.
- Celebração de Termo de Adesão com a Secretaria do Tesouro Nacional para que órgãos federais procedam a retenção na fonte do ISS devido.

1.1.2 - Do comportamento da Receita

A realização da receita orçamentária atingiu no exercício a importância de R\$15.070.862.475,48, conforme quadros abaixo:

1.1.2.1 - Receitas por categoria econômica e fonte:

RECEITAS	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA	%	% REALIZADA SOBRE O TOTAL
Correntes *	14.104.788.400,00	14.272.958.352,44	168.169.952,44	101,19%	94,71%
Tributária	6.710.025.900,00	6.717.340.294,29	7.314.394,29	100,11%	44,57%
Contribuições	187.960.000,00	166.168.262,23	(21.791.737,77)	88,41%	1,10%
Patrimonial	195.017.200,00	363.624.528,66	168.607.328,66	186,46%	2,41%
Industrial	511.800,00	0,00	(511.800,00)	00,00%	0,00%
Serviços	202.988.200,00	116.894.004,09	(86.094.195,91)	57,59%	0,78%
Transferências Correntes	5.604.046.300,00	5.639.947.951,02	35.901.651,02	100,64%	37,42%
Outras Receitas Correntes	1.204.239.000,00	1.268.983.312,15	64.744.312,15	105,38%	8,42%
Capital	1.095.211.600,00	797.904.123,04	(297.307.476,96)	72,85%	5,29%
Operações de Crédito	443.892.900,00	19.618.053,73	(424.274.846,27)	4,42%	0,13%
Amortização de Empréstimos	2.959.600,00	3.381.870,88	422.270,88	114,27%	0,02%
Alienação de Bens	128.564.500,00	550.967.059,40	422.402.559,40	428,55%	0,01%
Outras Receitas de Capital	519.794.600,00	223.937.139,03	(295.857.460,97)	43,08%	1,50%
TOTAL	15.200.000.000,00	15.070.862.475,48	(129.137.524,52)	99,15%	100,00%

Evidencia-se que as receitas que não atingiram os valores orçados foram:

- no Grupo das Receitas Correntes: as de Contribuições, a Industrial e as de Serviços.
- no Grupo das Receitas de Capital: as de Operações de Crédito e as Outras Receitas de Capital.

1.1.2.2 - Principais receitas:

RECEITAS	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA	%	% REALIZADA SOBRE O TOTAL
Correntes *	14.104.788.400,00	14.272.958.352,44	168.169.952,44	101,19	94,71
ISS	3.062.953.500,00	3.143.383.522,45	80.430.022,45	102,63	20,86
IRRF	537.176.900,00	550.141.147,59	12.964.247,59	102,41	3,65
IPTU	2.332.860.300,00	2.351.602.431,00	18.742.131,00	100,80	15,60
ITBI	300.434.800,00	309.320.017,94	8.885.217,94	102,95	2,05
Taxas	435.898.900,00	362.311.787,75	(73.587.112,25)	83,12	2,40
Cota-parte do ICMS	2.559.461.500,00	2.582.883.766,10	23.422.266,10	100,92	17,14
Cota-parte do IPVA	945.855.400,00	959.530.905,82	13.675.505,82	101,45	6,37
Outras transf. correntes	2.574.951.600,00	2.564.545.489,19	(10.406.110,81)	99,60	17,02
Outras receitas correntes	1.355.195.500,00	1.449.239.284,60	94.043.784,60	106,93	9,62
Capital	1.095.211.600,00	797.904.123,04	(297.307.476,96)	72,85	5,29
Operações de crédito	443.892.900,00	19.618.053,73	(424.274.846,27)	4,42	0,13
Amortização de Empréstimos	2.959.600,00	3.381.870,88	422.270,88	114,27	0,02
Alienação de Bens	128.564.500,00	550.967.059,40	422.402.559,40	428,55	3,65
Outras receitas de capital	519.794.600,00	223.937.139,03	(295.857.460,97)	43,08	1,49
TOTAL	15.200.000.000,00	15.070.862.475,48	(129.137.524,52)	99,15	100,00

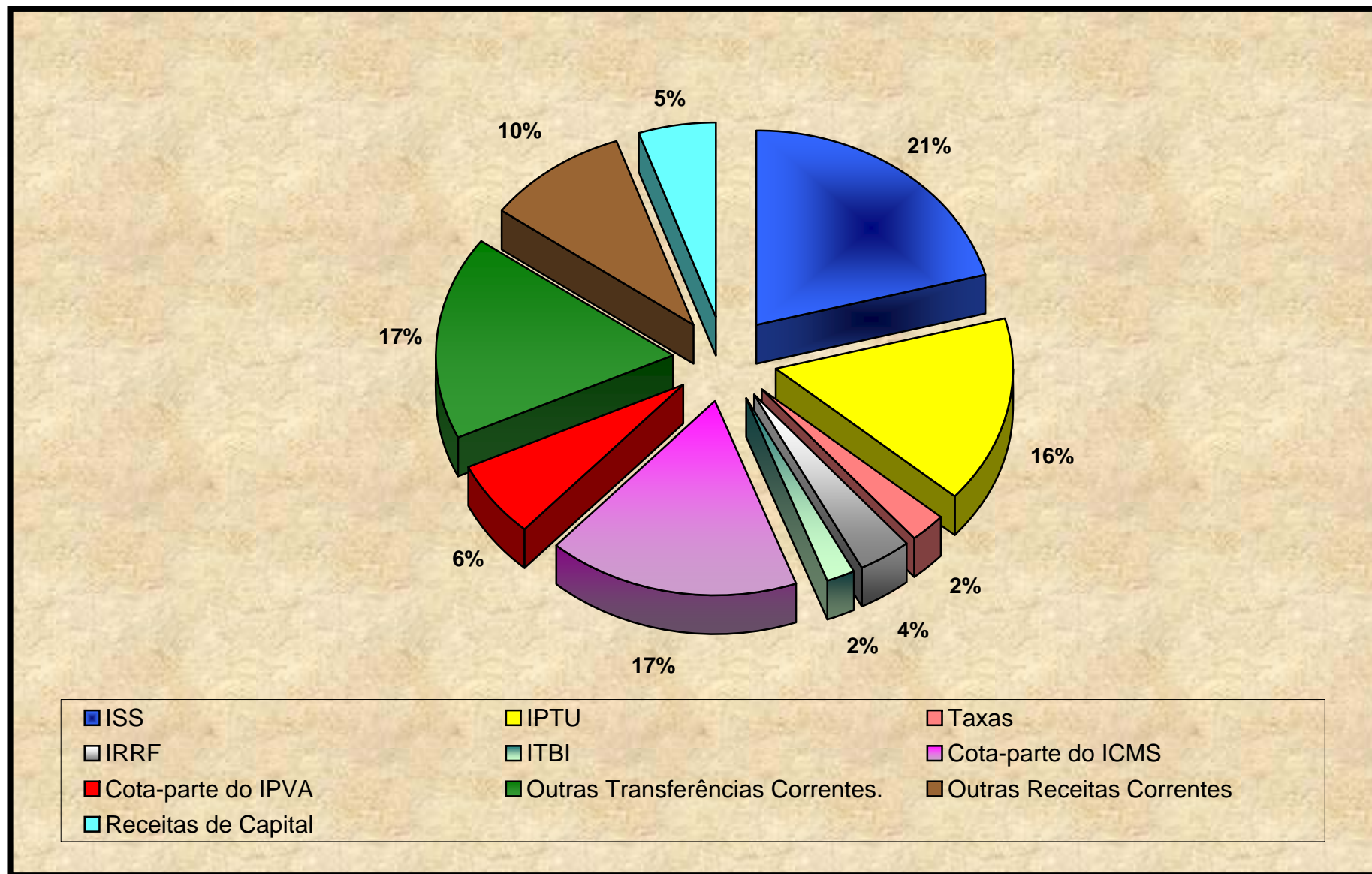
* Líquidas de Fundef

Gráfico n.º 1



PRINCIPAIS RECEITAS REALIZADAS - 2005

Gráfico nº 1



1.1.2.3 – Comparativo entre as Receitas Realizadas em 2004 e 2005:

RECEITAS	2004	2005	VARIÇÃO NOMINAL		VARIÇÃO REAL **
	REALIZADA	REALIZADA	R\$	%	%
Correntes *	12.478.417.825,98	14.272.958.352,44	1.794.540.526,46	14,38	7,03
ISS	2.592.542.001,78	3.143.383.522,45	550.841.520,67	21,25	13,45
IRRF	518.028.601,93	550.141.147,59	32.112.545,66	6,20	(0,63)
IPTU	2.121.682.422,95	2.351.602.431,00	229.920.008,05	10,84	3,71
ITBI	257.910.291,42	309.320.017,94	51.409.726,52	19,93	12,22
Taxas	365.801.884,12	362.311.787,75	(3.490.096,37)	(0,95)	(7,32)
Cota-parte do ICMS	2.404.467.133,93	2.582.883.766,10	178.416.632,17	7,42	0,51
Cota-parte do IPVA	833.509.172,24	959.530.905,82	126.021.733,58	15,12	7,72
Outras transferências correntes	2.058.528.617,41	2.564.545.489,19	506.016.871,78	24,58	16,57
Outras receitas correntes	1.325.947.700,20	1.449.239.284,60	123.291.584,40	9,29	2,27
Capital	649.667.253,67	797.904.123,04	148.236.869,37	22,82	14,92
Operações de crédito	503.172.787,32	19.618.053,73	(483.554.733,59)	(96,10)	(96,35)
Amortização de empréstimos	2.686.330,06	3.381.870,88	695.540,82	25,89	17,80
Alienação de bens	574.725,23	550.967.059,40	550.392.334,17	95.766,17	89.603,37
Outras receitas de capital	143.233.411,06	223.937.139,03	80.703.727,97	56,34	46,29
TOTAL	13.128.085.079,65	15.070.862.475,48	1.942.777.395,83	14,80	7,42

* Líquidas de Fundef

** Variação real da receita obtida considerando-se a inflação de 2004 para 2005 de 6,8702%.

Comparando-se as receitas realizadas entre os dois exercícios, observa-se um crescimento nominal de 14,8% e real de 7,42%, com destaque para as receitas próprias, quais sejam: evolução da arrecadação do ISS, IPTU, ITBI e Alienação de Bens.

1.1.2.4 – Resumo da Receita Realizada (em milhões de reais):

	2004	2005	Diferença
Receitas Correntes	12.478	14.273	1.795
Receitas de Capital	650	798	148
TOTAL	13.128	15.071	1.943

1.2 – DESPESA

1.2.1 - Das ações para redução das despesas

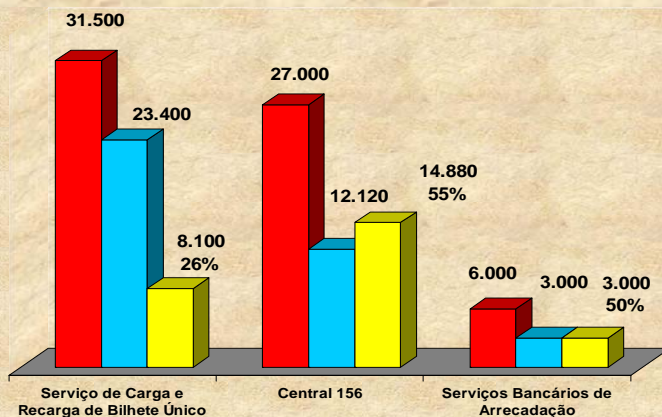
- Implementação de uma política austera, incluindo o contingenciamento inicial de R\$4,8 bilhões, equivalente a 32% de seu montante. Permanecendo ainda contingenciado em 31/12/05 o montante de R\$530 milhões, equivalentes a cerca de 3,5% do total orçado.
- Fixação, para cada Secretaria, de cota de gasto mensal, compatível com a disponibilidade financeira da Prefeitura
- Reavaliação e renegociação de contratos, gerando redução de R\$456,3 milhões/ano, representando uma economia de cerca de 17,4% nos contratos (ver gráfico nº. 2 “exemplos de contratos repactuados”).
- Disseminação da modalidade de “Pregão” para aquisição de bens e serviços.
- Despesas com Pessoal
 - Vedação de revisão ou reajuste de salários e demais vantagens de empregos nas Empresas Estatais, que resultem aumento de despesa de pessoal em relação a 2004.
 - Redução das despesas com cargos em comissão, gerando uma economia de R\$37 milhões/ano, redução de cerca de 20% dos cargos em comissão.
 - Suspensão das contratações temporárias e de mão-de-obra terceirizada.
- Renegociação de R\$2,1bilhões de dívidas com 12.875 fornecedores de bens e serviços, sendo que em 2005 foram pagos contratos até R\$100 mil, e o saldo foi avençado em até 07 (sete) parcelas anuais a partir de 2006.



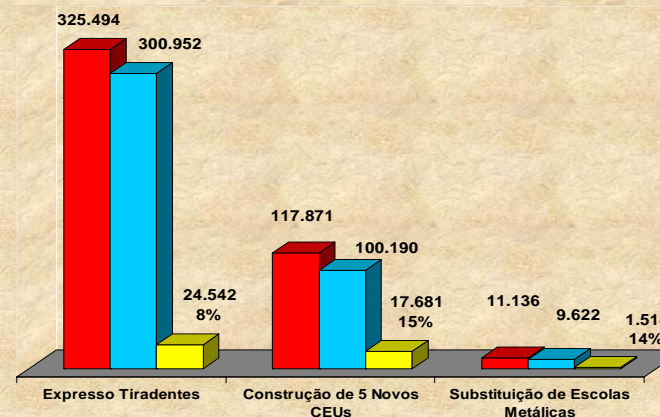
EXEMPLOS DE CONTRATOS REPACTUADOS - 2005

Gráfico nº 2

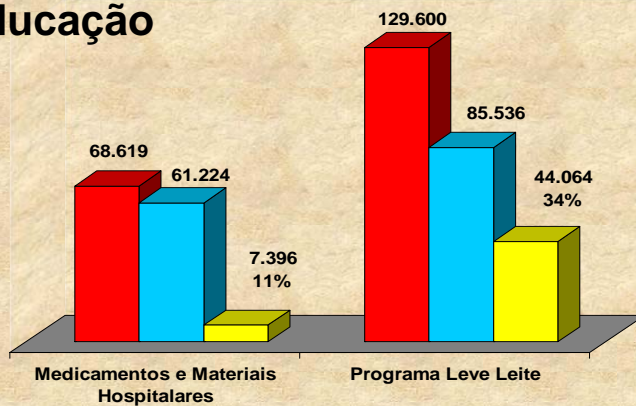
De Serviços



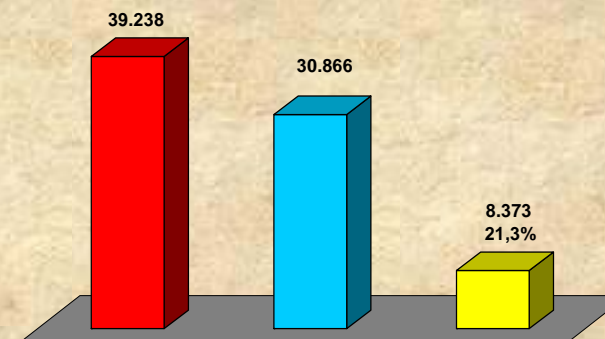
De Obras



De Aquisição de Bens para Saúde e Educação



De Limpeza Pública – Áreas Verdes



■ VALOR ANTERIOR ■ REPACKTUADO ■ REDUÇÃO

1.2.2 – Dos Créditos Adicionais

Conforme autorização contida na Lei Municipal nº. 13.942/04, foram abertos créditos adicionais que não alteraram o montante de R\$ 15.200.000.000,00, fixado inicialmente na Lei Orçamentária.

1.2.3 - Da execução orçamentária

A execução orçamentária da despesa foi de R\$13.868.926.528,12, sendo R\$1.331.073.471,88 inferior ao autorizado na Lei Municipal nº. 13.942/04.

Este resultado demonstra que a Administração Direta, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, utilizou 91,24% dos recursos orçamentários que foram atribuídos para o atendimento de seus programas de trabalho.

1.2.3.1 - Despesa orçamentária por principais elementos:

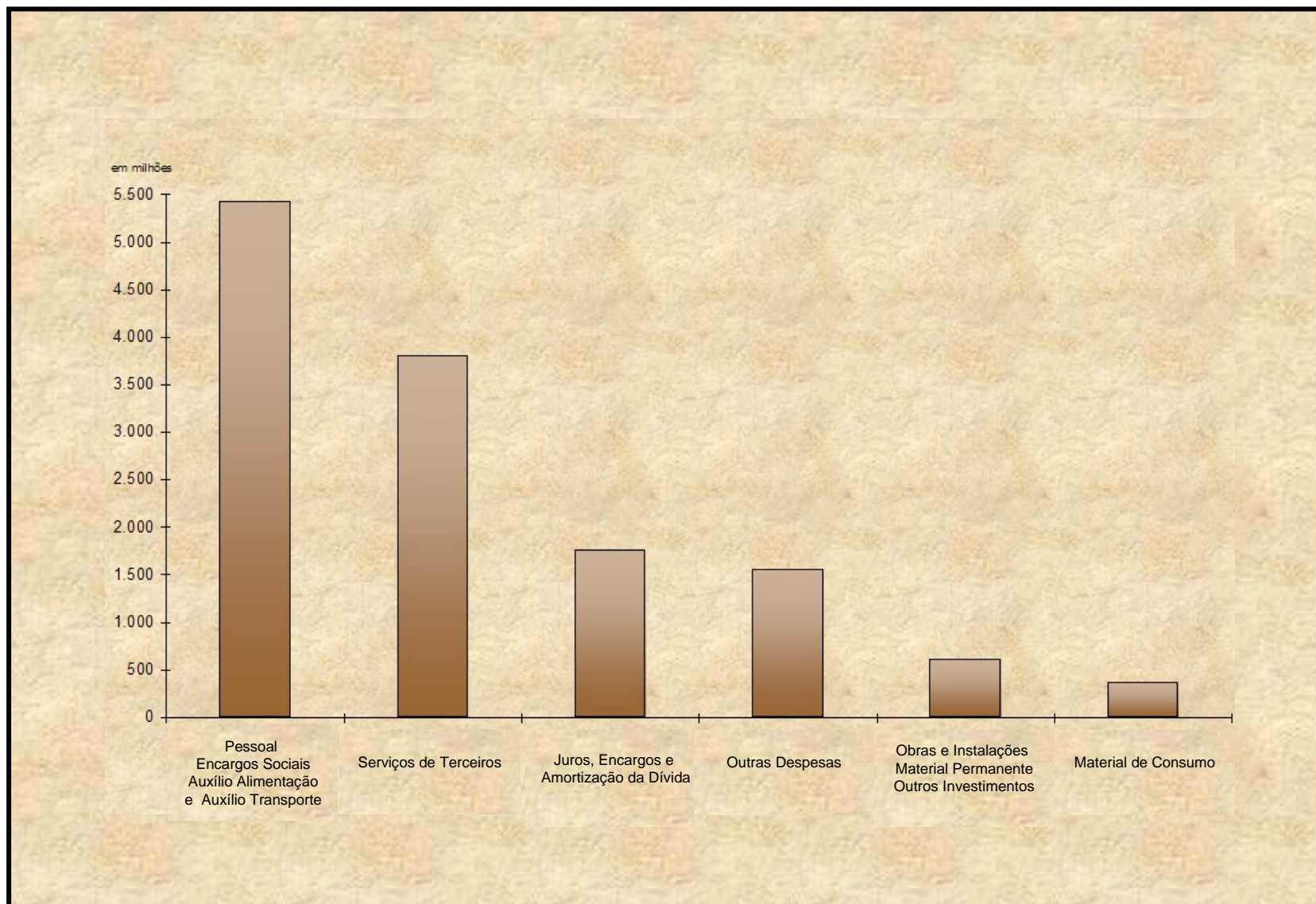
ELEMENTOS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	REALIZADA/TOTAL	
				%	% ACUMULADO
Pessoal + Encargos Sociais	5.379.806.525,92	5.165.345.943,51	214.460.582,41	37,24	37,24
Serviços de Terceiros	4.046.495.412,83	3.808.880.518,74	237.614.894,09	27,46	64,70
Juros e Encargos da Dívida	1.438.945.239,09	1.435.671.305,48	3.273.933,61	10,35	75,05
Obras e Instalações	814.718.395,28	439.597.796,46	375.120.598,82	3,17	78,22
Material de Consumo	429.001.774,07	370.798.540,62	58.203.233,45	2,67	80,89
Amortização da Dívida	340.017.203,56	324.755.897,61	15.261.305,95	2,34	83,23
Material de Distribuição Gratuita	325.281.419,15	323.988.723,02	1.292.696,13	2,34	85,57
Auxílio Alimentação	236.395.286,23	218.133.173,93	18.262.112,30	1,57	87,14
Outros Investimentos	380.631.794,69	114.226.662,06	266.405.132,63	0,82	87,96
Inversões Financeiras	93.409.987,10	72.929.823,00	20.480.164,10	0,53	88,49
Equipamentos e Mat.Permanente	104.837.113,79	57.844.928,53	46.992.185,26	0,42	88,91
Auxílio Transporte	65.347.319,74	50.715.310,25	14.632.009,49	0,38	89,29
Outras despesas	1.545.112.528,55	1.486.037.904,91	59.074.623,64	10,71	100,00
TOTAL	15.200.000.000,00	13.868.926.528,12	1.331.073.471,88	100,00	100,00

Gráfico nº 3



DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR PRINCIPAIS ELEMENTOS - 2005

Gráfico nº 3



1.2.3.2 - Despesa orçamentária por funções de governo:

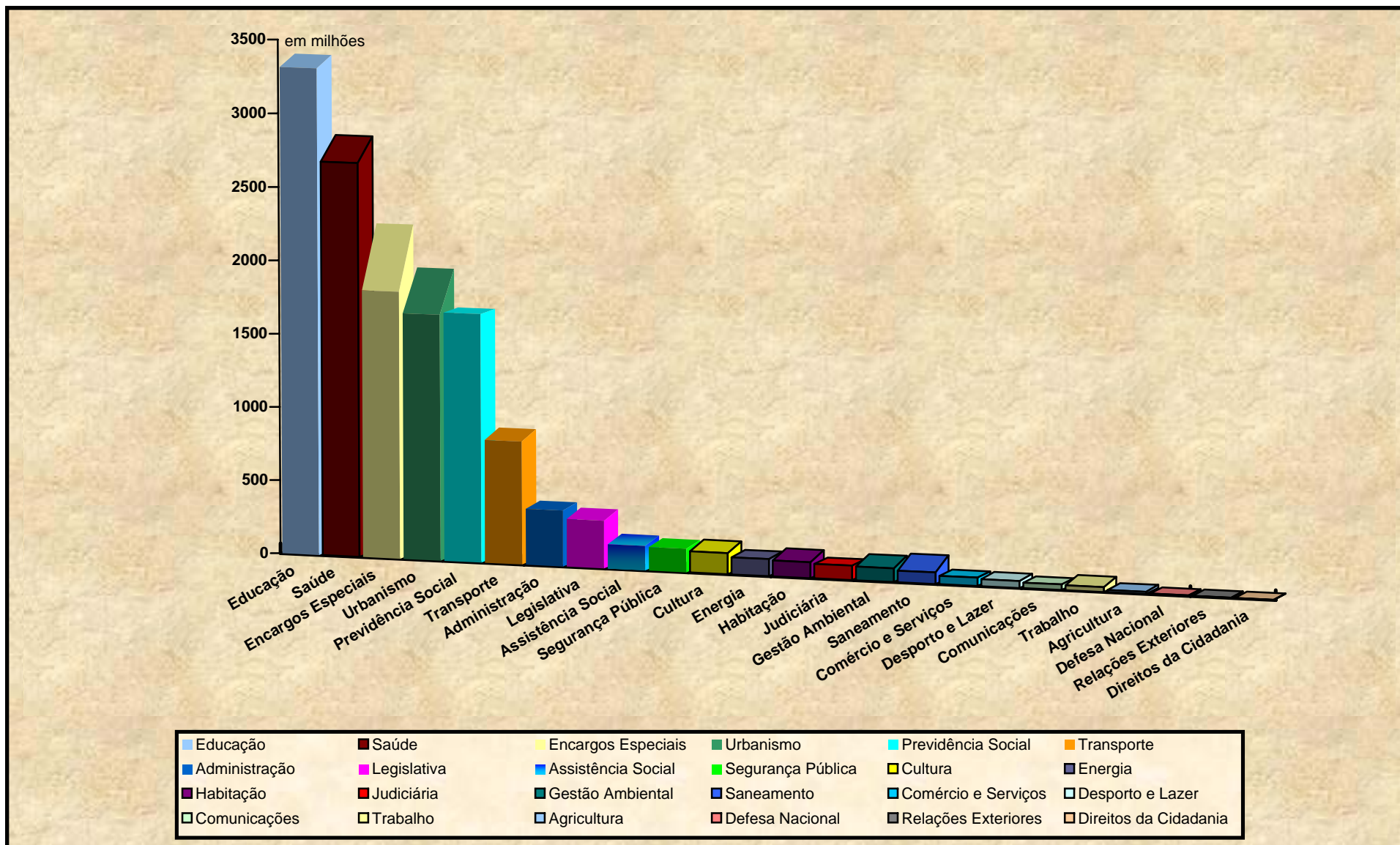
FUNÇÕES	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	REALIZADA/TOTAL	
				%	% ACUMULADO
Educação	3.377.122.769,57	3.314.040.733,51	63.082.036,06	23,90	23,90
Saúde	2.833.295.647,52	2.681.335.306,87	151.960.340,65	19,33	43,23
Encargos Especiais	2.242.316.052,68	1.818.625.305,28	423.690.747,40	13,11	56,34
Previdência Social	1.689.769.513,00	1.688.449.993,70	1.319.519,30	12,17	68,51
Urbanismo	1.951.716.604,53	1.672.551.735,61	279.164.868,92	12,06	80,57
Transporte	882.655.039,38	836.498.773,41	46.156.265,97	6,03	86,60
Administração	396.279.820,13	379.559.485,30	16.720.334,83	2,74	89,34
Legislativa	361.983.557,00	323.424.340,00	38.559.217,00	2,33	91,67
Assistência Social	196.649.818,72	165.773.244,20	30.876.574,52	1,20	92,87
Segurança Pública	179.108.010,41	159.290.013,78	19.817.996,63	1,15	94,02
Cultura	182.413.903,75	142.653.251,33	39.760.652,42	1,03	95,05
Energia	125.801.129,50	115.201.129,50	10.600.000,00	0,83	95,88
Habituação	149.308.055,06	107.373.875,27	41.934.179,79	0,77	96,65
Judiciária	99.484.681,52	97.448.680,92	2.036.000,60	0,70	97,35
Gestão Ambiental	136.571.108,88	92.222.118,59	44.348.990,29	0,66	98,01
Saneamento	152.892.263,38	78.035.688,05	74.856.575,33	0,56	98,57
Comércio e Serviços	57.759.831,69	56.470.421,78	1.289.409,91	0,41	98,98
Desporto e Lazer	55.319.207,10	47.158.515,01	8.160.692,09	0,34	99,32
Comunicações	38.088.797,63	37.270.146,61	818.651,02	0,27	99,59
Trabalho	60.946.778,61	32.669.027,16	28.277.751,45	0,24	99,83
Agricultura	20.061.288,54	14.623.064,87	5.438.223,67	0,11	99,94
Defesa Nacional	4.249.800,49	3.995.929,35	253.871,14	0,03	99,97
Relações Exteriores	2.827.252,88	2.258.844,75	568.408,13	0,02	99,99
Direitos da Cidadania	2.379.068,03	1.996.903,27	382.164,76	0,01	100,00
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	100,00
TOTAL	15.200.000.000,00	13.868.926.528,12	1.331.073.471,88	100,00	100,00

Gráfico nº 4



DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÕES DE GOVERNO - 2005

Gráfico nº 4



1.2.3.3 - Despesa orçamentária por Órgãos:

ÓRGÃOS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	% REALIZADA SOBRE AUTORIZADA
Câmara Municipal	260.540.634,00	236.694.490,00	23.846.144,00	90,85
Tribunal de Contas	101.442.923,00	86.729.850,00	14.713.073,00	85,50
Gabinete do Prefeito	112.731.116,01	95.130.618,75	17.600.497,26	84,39
Secretaria Municipal de Coord.das Subprefeituras	180.413.348,96	122.736.510,78	57.676.838,18	68,03
Secretaria Municipal de Planejamento	11.410.959,78	11.089.579,30	321.380,48	97,18
Secretaria Municipal de Habitação	248.718.570,82	157.801.060,26	90.917.510,56	63,45
Secretaria Municipal de Gestão	35.041.684,78	34.158.290,09	883.394,69	97,48
Secretaria Municipal de Educação	825.099.663,27	783.519.420,77	41.580.242,50	94,96
Secretaria Municipal de Finanças	132.026.568,65	126.032.843,63	5.993.725,02	95,46
Secretaria Municipal da Saúde	2.079.367.718,18	1.938.465.469,44	140.902.248,74	93,22
Secretaria Munic. de Esportes, Lazer e Recreação	44.698.237,28	36.038.890,38	8.659.346,90	80,63
Secretaria Municipal de Transportes	824.593.789,21	813.188.490,92	11.405.298,29	98,62
Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	99.532.870,63	97.448.680,92	2.084.189,71	97,91
Secretaria Municipal de Infra-Estrut. Urb. e Obras	335.179.207,47	165.741.372,94	169.437.834,53	49,45
Secretaria Municipal de Serviços	739.317.571,97	734.726.912,26	4.590.659,71	99,38
Secretaria Mun. de Assistência e Desenvolv.Social	34.440.451,94	20.287.809,61	14.152.642,33	58,91
Secretaria Municipal de Cultura	151.580.638,10	120.249.510,15	31.331.127,95	79,33
Secretaria Municipal de Abastecimento	381.581.255,36	370.896.138,43	10.685.116,93	97,20
Secretaria Mun.do Verde e do Meio Ambiente	92.437.744,26	65.317.205,29	27.120.538,97	70,66
Encargos Gerais do Município	4.346.318.565,02	3.904.935.718,58	441.382.846,44	89,84
Secretaria Municipal de Comunicação	53.287.837,63	50.366.273,96	2.921.563,67	94,52
Secretaria Municipal do Trabalho	220.426.154,74	187.691.400,72	32.734.754,02	85,15
Secretaria Municipal de Rel.Internacionais	2.827.252,88	2.258.844,75	568.408,13	79,90
Ouvidoria Geral do Município	2.374.982,57	1.996.903,27	378.079,30	84,08
Secretaria Municipal de Segurança Urbana	160.200.109,27	142.242.638,06	17.957.471,21	88,79
Subprefeitura Perus	61.406.718,94	60.609.888,20	796.830,74	98,70

ÓRGÃOS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	% REALIZADA SOBRE AUTORIZADA
Subprefeitura Pirituba	146.996.626,87	146.062.413,19	934.213,68	99,36
Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	135.903.153,62	134.080.759,79	1.822.393,83	98,66
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	72.395.778,96	70.308.524,79	2.087.254,17	97,12
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	90.741.764,55	88.238.647,80	2.503.116,75	97,24
Subprefeitura Tremembé / Jaçanã	90.111.032,20	88.732.324,39	1.378.707,81	98,47
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	98.073.306,21	97.230.187,19	843.119,02	99,14
Subprefeitura Lapa	73.848.440,44	72.468.125,10	1.380.315,34	98,13
Subprefeitura Sé	112.931.470,19	98.110.485,53	14.820.984,66	86,88
Subprefeitura Butantã	143.684.392,66	142.697.725,55	986.667,11	99,31
Subprefeitura Pinheiros	48.316.873,48	46.829.244,37	1.487.629,11	96,92
Subprefeitura Vila Mariana	56.178.166,48	54.379.380,00	1.798.786,48	96,80
Subprefeitura Ipiranga	127.984.227,48	125.430.753,89	2.553.473,59	98,00
Subprefeitura Santo Amaro	93.151.314,83	91.587.704,50	1.563.610,33	98,32
Subprefeitura Jabaquara	61.331.476,55	59.992.446,77	1.339.029,78	97,82
Subprefeitura Cidade Ademar	82.959.560,61	82.037.433,38	922.127,23	98,89
Subprefeitura Campo Limpo	164.411.718,12	162.542.261,92	1.869.456,20	98,86
Subprefeitura M'Boi Mirim	118.967.888,86	116.866.179,71	2.101.709,15	98,23
Subprefeitura Capela do Socorro	147.724.292,44	146.698.261,79	1.026.030,65	99,31
Subprefeitura Parelheiros	34.587.069,48	34.275.745,11	311.324,37	99,10
Subprefeitura Penha	108.043.627,04	106.555.346,57	1.488.280,47	98,62
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	94.895.927,98	93.976.040,79	919.887,19	99,03
Subprefeitura São Miguel	144.512.101,74	143.634.463,36	877.638,38	99,39
Subprefeitura Itaim Paulista	117.488.614,02	116.017.698,29	1.470.915,73	98,75
Subprefeitura Moóca	87.529.645,20	86.073.273,71	1.456.371,49	98,34

ÓRGÃOS	AUTORIZADA	REALIZADA	DIFERENÇA	% REALIZADA SOBRE AUTORIZADA
Subprefeitura Aricanduva	68.420.855,15	66.978.750,63	1.442.104,52	97,89
Subprefeitura Itaquera	156.142.766,94	154.356.198,05	1.786.568,89	98,86
Subprefeitura Guaianases	87.204.387,77	85.785.892,55	1.418.495,22	98,37
Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba	166.454.104,92	163.403.445,52	3.050.659,40	98,17
Subprefeitura São Mateus	151.189.006,63	149.187.439,93	2.001.566,70	98,68
Subprefeitura Cidade Tiradentes	93.811.792,26	90.616.661,29	3.195.130,97	96,59
Fundo Mun.Direitos da Criança e Adolesc.	5.635.000,00	2.138.219,90	3.496.780,10	37,95
Fundo Municipal de Habitação - COHAB	73.520.417,15	38.865.979,93	34.654.437,22	52,86
Fundo Mun.do Sist. dos Corred.Segreg. Exclús. p/Tráfego	69.609.524,06	39.998.555,89	29.610.968,17	57,46
Fundo Municipal de Assistência Social	146.343.100,39	134.187.866,95	12.155.233,44	91,69
Fundo Esp. do Meio Amb.Des.Sustentável	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	00,00
Fundo Esp. Promoção de Ativid. Culturais	1.400.000,00	786.377,82	613.622,18	56,17
Fundo Municipal de Turismo	1.500.000,00	1.447.500,00	52500,00	96,50
Fundo de Prot.do Patr.Cult.Amb. Paulistano	1.000,00	0,00	1.000,00	00,00
Fundo de Desenvolvimento Urbano	1.000,00	0,00	1.000,00	00,00
Fundo Municipal de Iluminação Pública	188.002.000,00	169.993.400,71	18.008.599,29	90,42
TOTAL GERAL	15.200.000.000,00	13.868.926.528,12	1.331.073.471,88	91,24

1.3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA	R\$
Realizada	15.070.862.475,48
(-) Prevista	15.200.000.000,00
(=) DIFERENÇA	(129.137.524,52)
DESPESA	
Autorizada	15.200.000.000,00
(-) Realizada	13.868.926.528,12
(=) DIFERENÇA	1.331.073.471,88
RESULTADO	
Receita Prevista	15.200.000.000,00
(-) Despesa Autorizada	15.200.000.000,00
(=) RESULTADO	0,00
Receita realizada	15.070.862.475,48
(-) Despesa realizada	13.868.926.528,12
(=) SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	1.201.935.947,36

Observar-se no demonstrativo a seguir o comportamento, nos últimos cinco anos, do resultado orçamentário (em milhões de reais):

	2001	2002	2003	2004	2005
Resultado Orçamentário	740,2	(246,6)	(590,6)	(115,8)	1.201,9

2- BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, de que trata o artigo 103 da Lei Federal n.º 4.320/64, tem por finalidade demonstrar a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

2.1 - SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO

As disponibilidades existentes no início do exercício financeiro de 2005, perfaziam o montante de R\$ 358.685.103,00, conforme segue:

	R\$	RECURSOS
Caixa	737,85	LIVRES
Bancos	5.140.493,22	LIVRES
Bancos, Contas Especiais	46.128.624,72	VINCULADOS
Aplicações Financeiras	307.415.247,21	VINCULADOS
TOTAL	358.685.103,00	

2.2- RECEITAS

As receitas orçamentárias alcançaram o montante de R\$15.070.862.475,48 que, distribuídas por categoria econômica, apresentou o seguinte resultado:

Receitas Correntes	14.272.958.352,44
Receitas de Capital	797.904.123,04
TOTAL	15.070.862.475,48

Os recebimentos de natureza extra-orçamentária somaram a importância de R\$6.360.087.382,78, detalhados a seguir:

	R\$
Devedores Diversos, Particulares	271.855.104,54
Devedores Diversos, Públicos	55.953.623,13
Créditos de Contribuintes	24.620.692,62
Depósitos Diversos	180.390.614,48
Credores Diversos, Particulares	5.314.585.215,21
Credores Diversos, Públicos	512.682.132,80
TOTAL	6.360.087.382,78

2.3- DESPESAS

Do montante das despesas empenhadas, deixou de ser pago o valor de R\$ 1.444.871.581,02, que foi inscrito em RESTOS A PAGAR, sendo que desse valor R\$ 167.028.594,00 refere-se ao SERVIÇO DA DÍVIDA.

Dessa forma, a despesa efetivamente paga foi de R\$ 12.424.054.947,10 corresponde a 89,58% da despesa realizada.

Os pagamentos de natureza extra-orçamentária alcançaram o montante de R\$7.085.105.213,10, assim distribuídos:

	R\$
Restos a Pagar*	581.517.976,11
Serviço da Dívida	152.011.625,46
Devedores Diversos, Particulares	286.379.383,89
Devedores Diversos Públicos	185.461.867,96
Créditos de Contribuintes	26.319.717,98
Depósitos Diversos	4.272.620,51
Credores Diversos, Particulares	5.312.157.862,22
Credores Diversos, Públicos	536.984.158,97
TOTAL	7.085.105.213,10

*O valor de Restos a Pagar de R\$ 581.517.976,11 acrescido do valor do Serviço da Dívida de R\$ 152.011.625,46 e deduzido o valor dos Cancelamentos de Restos no montante de R\$274.092.295,41, resulta no valor efetivamente pago de Restos a Pagar correspondente a R\$ 459.437.306,16. Ressaltamos que os cancelamentos são registros redutores dos saldos existentes nas respectivas contas.

2.3.1 - Despesa Orçamentária inscrita em restos a pagar por Órgãos:

ÓRGÃOS	RESTOS A PAGAR	INSCRITOS % S/TOTAL	% ACUMULADO
Secretaria Municipal de Educação	330.688.092,73	22,89	22,89
Encargos Gerais do Município	224.068.360,19	15,51	38,40
Secretaria Municipal da Saúde	182.290.673,00	12,61	51,01
Secretaria de Serviços e Obras	88.177.807,03	6,10	57,11
Secretaria Municipal de Abastecimento	51.319.420,03	3,55	60,66
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Obras	40.326.357,48	2,79	63,45
Secretaria Municipal de Transportes	26.538.169,90	1,84	65,29
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	26.458.322,91	1,83	67,12
Secretaria Municipal da Habitação	24.248.135,14	1,68	68,80
Câmara Municipal	22.377.500,00	1,55	70,35
Fundo Municipal de Iluminação Pública	21.209.062,31	1,47	71,82
Secretaria Municipal de Finanças	20.704.817,32	1,43	73,25
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	20.425.918,78	1,41	74,66
Secretaria Municipal de Cultura	20.416.515,01	1,41	76,07
Fundo Municipal de Assistência Social	18.474.597,68	1,28	77,35
Secretaria Municipal de Comunicação	15.649.759,20	1,08	78,43
Subprefeitura Itaquera	15.598.004,87	1,08	79,51
Fundo Mun.do Sist.Corred.Segregados Excl.p/Tráfego	12.336.021,89	0,85	80,36
Subprefeitura Sé	11.833.582,77	0,82	81,18
Subprefeitura São Miguel	11.682.759,71	0,81	81,99
Subprefeitura Penha	11.391.556,58	0,79	82,78
Subprefeitura São Mateus	11.099.782,14	0,77	83,55
Subprefeitura Butantã	10.986.784,14	0,76	84,31
Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	10.403.318,35	0,72	85,03
Subprefeitura Capela do Socorro	10.017.333,80	0,69	85,72
Subprefeitura Pirituba	9.827.716,69	0,68	86,40
Gabinete do Prefeito	9.845.928,43	0,68	87,08
Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	9.664.829,76	0,67	87,75
Subprefeitura Campo Limpo	9.656.025,17	0,67	88,42
Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba	9.445.808,25	0,65	89,07
Subprefeitura Santo Amaro	9.098.197,79	0,63	89,70
Subprefeitura Tremembé /Jaçanã	8.889.560,99	0,62	90,32
Subprefeitura Ipiranga	8.744.554,41	0,61	90,93

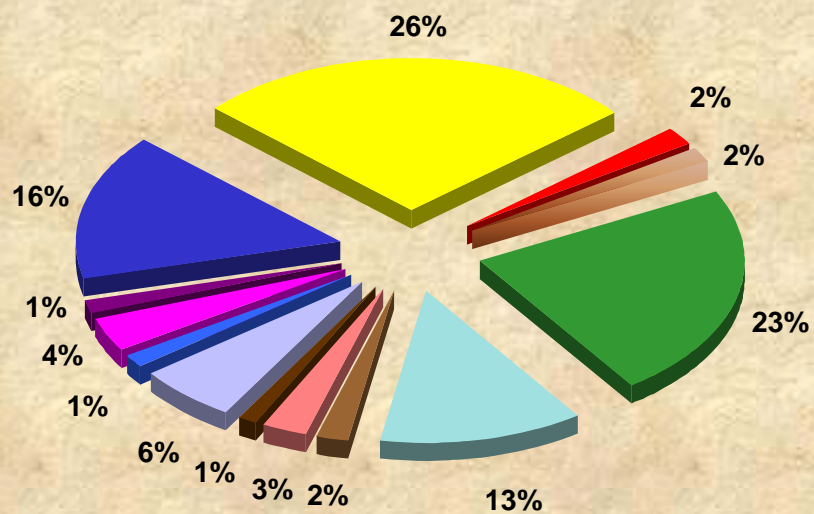
ÓRGÃOS	RESTOS A PAGAR	INSCRITOS % S/TOTAL	% ACUMULADO
Subprefeitura Itaim Paulista	8.694.973,50	0,60	91,53
Subprefeitura Guaianases	8.078.055,79	0,56	92,09
Subprefeitura Aricanduva	7.985.236,74	0,55	92,64
Subprefeitura Cidade Tiradentes	7.810.970,31	0,54	93,18
Subprefeitura M'Boi Mirim	7.520.228,92	0,52	93,70
Subprefeitura Cidade Ademar	7.154.395,46	0,50	94,20
Secretaria Municipal do Trabalho	6.687.136,84	0,46	94,66
Subprefeitura Ermelino Matarazzo	6.561.127,15	0,45	95,11
Subprefeitura Santana/Tucuruvi	6.491.559,92	0,45	95,56
Secretaria Mun. Esportes, Lazer e Recreação	6.334.305,27	0,44	96,00
Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	6.325.907,95	0,44	96,44
Subprefeitura Moóca	6.010.599,61	0,42	96,86
Subprefeitura Perus	6.065.182,52	0,42	97,28
Subprefeitura Jabaquara	5.958.044,68	0,41	97,69
Subprefeitura Pinheiros	5.444.008,58	0,38	98,07
Subprefeitura Lapa	4.891.159,24	0,34	98,41
Subprefeitura Vila Mariana	4.728.221,81	0,33	98,74
Subprefeitura Parelheiros	4.579.438,55	0,32	99,06
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolv.Social	3.389.661,66	0,23	99,29
Secretaria Municipal de Segurança Urbana	2.567.883,94	0,18	99,47
Secretaria Municipal da Gestão	2.307.305,93	0,16	99,63
Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	2.139.775,54	0,14	99,77
Fundo Municipal da Habitação – COHAB	1.979.099,82	0,14	99,91
Secretaria Municipal de Planejamento	409.150,98	0,03	99,94
Secretaria Municipal de Relações Internacionais	222.804,98	0,02	99,96
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	319.667,98	0,02	99,98
Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	137.036,15	0,01	99,99
Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	183.366,75	0,01	100,00
TOTAL	1.444.871.581,02	100,00	100,00

Gráfico nº 5



RESTOS A PAGAR POR ÓRGÃO - 2005

Gráfico nº 5



■ SMCSP	■ SEHAB	■ SME	■ SMS	■ SMT
■ SIURB	■ SECOM	■ SES	■ SMC	■ SEMAB
■ F.M.ILUM. PÚBLICA	■ EGM	■ Outros Órgãos		

2.4- RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Em decorrência da gestão financeira as disponibilidades passaram a ser de R\$ 2.280.474.801,06, verificando-se um acréscimo de R\$ 1.921.789.698,06 , conforme demonstramos a seguir:

RECEITA ARRECADADA		
Orçamentária	15.070.862.475,48	
Extra-Orçamentária	6.360.087.382,78	<u>21.430.949.858,26</u>
(-) DESPESAS PAGAS		
Orçamentária	12.424.054.947,10	
Extra-Orçamentária	7.085.105.213,10	<u>19.509.160.160,20</u>
(=) Acréscimo		1.921.789.698,06
(+) SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		358.685.103,00
(=) SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO		2.280.474.801,06
Caixa	15.823,34	
Bancos	16.912.607,85	
Bancos Contas Especiais	21.481.871,61	
Aplicações Financeiras	2.242.064.498,26	

Os valores de Caixa, Bancos e Bancos Contas Especiais não estavam aplicados em 31/12/2005.

Os saldos das aplicações financeiras registrados neste Balanço, não contemplam rendimentos no montante de R\$71.822.197,65, pois, em consonância ao artigo 35 da Lei Federal nº. 4.320/64, os valores relativos aos rendimentos devem ser contabilizados por ocasião de seus respectivos resgates.

Foram pagos os montantes de R\$488.890.526,90 referente a Despesas de Exercícios Anteriores - DEA e de R\$459.437.306,16 referente a Empenhos de Restos.

3 - BALANÇO ECONÔMICO

A Demonstração das Variações Patrimoniais, de que trata o artigo 104 da Lei Federal n.º 4.320/64, evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

3.1 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

3.1.1- Variações Ativas

As variações patrimoniais ativas evidenciam aumento na situação patrimonial pela incorporação de elementos no ativo ou pela diminuição de elementos no passivo.

3.1.1.1 - Resultantes da execução orçamentária

As variações patrimoniais ativas resultantes da execução orçamentária são representadas pelas receitas orçamentárias arrecadadas, acrescidas das mutações patrimoniais da despesa, que gerou o montante de R\$ 15.816.968.974,50, conforme segue:

		R\$
RECEITA ARRECADADA		15.070.862.475,48
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		
Aquisição de Bens Móveis	41.319,81	
Aquisição de Títulos e Valores	72.929.823,00	
Aquisições - Almoxarifado	277.947.285,64	
Bens e Valores a Incorporar	57.891.462,12	
Amortização da Dívida Fundada	337.296.608,45	<u>746.106.499,02</u>
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		15.816.968.974,50

3.1.1.2 - Independentes da execução orçamentária

As variações patrimoniais ativas independentes da execução orçamentária, originadas sempre por fatos de superveniências ativas, e/ou por insubsistências passivas produziram alterações positivas no total de R\$ 11.242.409.246,20, a seguir demonstrado:

ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS NO PATRIMÔNIO	R\$
Inscrição na Dívida Ativa	2.929.049.707,84
Inscrição de Outros Créditos	22.489.923,96
Incorporação de Bens Mov. E Imov. Industriais	530.653.676,16
Incorporação de Títulos e Valores	21.506.378,82
Cancelamento de Dívidas Passivas	9.601.996,04
Variações Econômicas Diversas	1.087.087.148,38
Reavaliação de Bens imóveis	459.249.770,62
Almoxarifado – Entradas Diversas	88.725.322,72
Acréscimos da Dívida Ativa	5.727.582.139,06
Repactuação – Lei nº. 13.973/05 - IPREM	257.015.246,28
Diversos	109.447.936,32
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	11.242.409.246,20

3.1.2 - Variações Passivas

As variações patrimoniais passivas evidenciam diminuição da situação patrimonial pela incorporação de elementos no passivo ou pela diminuição de elementos no ativo.

3.1.2.1 - Resultantes da execução orçamentária

As variações patrimoniais passivas resultantes da execução orçamentária são representadas pelas despesas orçamentárias realizadas, acrescidas das mutações patrimoniais da receita, as quais alcançaram à importância de R\$ 14.862.682.764,20 a seguir demonstradas:

	R\$	R\$
DESPESA REALIZADA		13.868.926.528,12
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		
Cobrança da Dívida Ativa	422.766.819,59	
Alienação de Bens Móveis	530.511.000,00	
Empréstimos Internos	5.571.661,56	
Empréstimos Externos	14.046.392,17	
Recebimento de Créditos	20.860.362,76	993.756.236,08
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASS. RESULTANTES DA EXEC.ORÇAM.		14.862.682.764,20

3.1.2.2 - Independentes da execução orçamentária

As variações patrimoniais passivas independentes da execução orçamentária, ocorridas pela verificação de fatos de insubsistências ativas e/ou de superveniências passivas produziram alterações negativas no total de R\$ 6.337.837.497,45, abaixo especificadas:

ACRÉSCIMOS E DECRÉSCIMOS NO PATRIMÔNIO	R\$
Cancelamento da Dívida Ativa	1.836.295.197,43
Variações Econômicas Diversas	1.392.131.841,60
Baixa – Bens Móveis e Industriais	285.839,28
Baixas – Almojarifados	347.112.163,01
Encargos com Precatórios Judiciais	413.719.685,96
Correção Monetária da Dívida Fundada	2.077.856.247,86
Anistia – Dívida Ativa	189.517,89
Diversos	270.247.004,42
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASS. INDEPENDES DA EXEC.ORÇAM.	6.337.837.497,45

Destacamos quanto ao item “Cancelamentos da Dívida Ativa”:

- os motivos dos cancelamentos são na sua maioria: reemissão, cancelamento administrativo, pagamento REFIS, aviso de retificação e decisão judicial.
- as movimentações são efetuadas pela Secretaria de Negócios Jurídicos, na sua maioria no Sistema da Dívida Ativa-SDA, apoiado no sistema provido pela PRODAM.
- a contabilização é feita através de informações extraídas do relatório PRODAM SNO802HZ/A (equivalente a 99,995%) e dos demonstrativos encaminhados pelos Departamentos daquela Secretaria (equivalente a 0,005%).
- o registro contábil é efetuado na conta de Variações Patrimoniais, conforme estabelece a Lei Federal nº. 4.320/64.

3.1.3 - Resultado Patrimonial

O exercício de 2005 encerrou com um Superávit verificado de R\$ 5.858.857.959,05, resultado positivo entre as variações patrimoniais anteriormente demonstradas as quais sintetizamos a seguir:

(+) VARIAÇÕES ATIVAS	R\$	R\$
Resultantes da Execução Orçamentária	15.816.968.974,50	
Independentes da Execução Orçamentária	<u>11.242.409.246,20</u>	27.059.378.220,70
(-) VARIAÇÕES PASSIVAS		
Resultantes da Execução Orçamentária	14.862.682.764,20	
Independentes da Execução Orçamentária	<u>6.337.837.497,45</u>	21.200.520.261,65
(=) RESULTADO PATRIMONIAL		
SUPERÁVIT VERIFICADO		5.858.857.959,05

3.2 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

As variações patrimoniais ativas e passivas da administração indireta, representadas pelas Autarquias: Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM, Hospital do Servidor Público Municipal - HSPM, Serviço Funerário do Município de São Paulo – SFMSP, Autarquias Hospitalares Municipais Regionais: do Campo Limpo – AHMRCL, do Tatuapé - AHMRT, de Ermelino Matarazzo - AHMREM, do Jabaquara – AHMRJ, e Central – AHMRC e Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia - FPE e Tec, que estão assim especificadas:

	3.2.1 VARIAÇÕES ATIVAS R\$	3.2.2 VARIAÇÕES PASSIVAS R\$	3.2.3 RESULTADO PATRIMONIAL R\$
IPREM	1.115.853.607,01	3.425.500.424,11	(2.309.646.817,10)
HSPM	150.997.886,91	152.852.165,20	(1.854.278,29)
SFMSP	124.633.453,49	122.712.065,27	1.921.388,22
AHMRCL	100.648.070,93	97.406.194,64	3.241.876,29
AHMRT	262.983.397,54	281.413.794,94	(18.430.397,40)
AHMRC	95.890.666,82	97.498.696,17	(1.608.029,35)
AHMEM	147.421.507,96	144.046.172,78	3.375.335,18
AHMRJ	81.673.999,01	76.606.455,93	5.067.543,08
FPE e Tec	1.003.149,00	509.636,00	493.513,00
TOTAL	2.081.105.738,67	4.398.545.605,04	(2.317.439.866,37)

4- BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial apresenta o resultado da gestão econômica da Prefeitura e consoante ao estabelecido no artigo 105 da Lei nº. 4.320/64, demonstra:

Ativo Financeiro
Ativo Permanente
Passivo Financeiro
Passivo Permanente
Saldo Patrimonial
Contas de Compensação

4.1 - ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária.

Em 31/12/05 o Ativo Financeiro totalizou a importância de R\$ 2.656.158.640,58, representando 6,63% do Ativo Real, com a seguinte composição:

R\$		
DISPONÍVEL		
Caixa	15.823,34	
Bancos	16.912.607,85	
Bancos, Contas Especiais	21.481.871,61	
Aplicações Financeiras	<u>2.242.064.498,26</u>	2.280.474.801,06
REALIZÁVEL		
Devedores diversos, particulares	61.268.038,67	
Devedores diversos, públicos	<u>314.415.800,85</u>	375.683.839,52
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		2.656.158.640,58

4.2 - ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependem de autorização legislativa. Representa, também, a demonstração do Ativo Real das entidades autárquicas municipais, incorporadas ao Balanço Geral da Prefeitura.

Em 31/12/05 o Ativo Permanente somou a importância de R\$ 37.416.471.152,47, representando 93,37% do Ativo Real, estando composto da seguinte forma:

	R\$
Bens Móveis	318.531.024,25
Bens Imóveis	10.597.213.803,21
Bens Industriais	0,05
Dívida Ativa a Cobrar	23.209.721.668,91
Ações e outros Valores	1.982.877.413,32
Almoxarifado	78.911.206,55
Bens e Valores a Incorporar	257.267.311,06
Entidades Autárquicas com Ativo	389.065.047,60
Financiamentos Concedidos	1.221.525,65
Créditos de Precatórios	408.216.634,94
Ressarcimento de Empresas	173.445.516,93
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	37.416.471.152,47

4.2.1- Dívida Ativa a Cobrar

Discriminamos abaixo, a composição do montante da Dívida Ativa a Cobrar, destacando as principais origens de créditos da fazenda municipal de maior representatividade:

R\$

DÍVIDA ATIVA A COBRAR					
DEPARTAMENTO FISCAL			DEPARTAMENTO JUDICIAL		
ORIGENS	R\$	% SOBRE O TOTAL	ORIGENS	R\$	% SOBRE O TOTAL
ISS	14.896.753.282,56	64,18%	OBRA GERAL	536.109.038,35	2,31%
CONTRIB. MELHORIA	40.358.315,47	0,17%	AUTO CONCLUSÃO	145.688.659,81	0,63%
IPTU	4.254.603.144,32	18,33%	PARC.IRREGULAR	498.354.325,18	2,15%
ITBI	444.794.453,63	1,92%	SEGURANÇA	72.329.970,20	0,31%
IVV	50.475.606,11	0,22%	PUBLICIDADE	148.784.900,26	0,64%
TFA	5.866.177,05	0,03%	RUIDO	154.572.164,54	0,67%
TRIBUTO MOBILIÁRIO	296.563.478,98	1,28%	POSTURA GERAL	476.467.807,12	2,05%
TLIF	66.933.258,98	0,29%	CONTR.SANITÁRIO	112.027.202,98	0,48%
MULTA OBR.ACESSÓRIA	245.958.064,11	1,06%	MPL	555.787.515,51	2,39%
OUTROS	69.933.889,56	0,30%	OUTROS	137.360.414,19	0,59%
T O T A L	(A) 20.372.239.670,77	87,77%	T O T A L	(B) 2.837.481.998,14	12,23%
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA A COBRAR (A+B)				23.209.721.668,91	100,00%

4.3 - PASSIVO FINANCEIRO

O Passivo Financeiro compreende os compromissos exigíveis em curto prazo cujo pagamento independe de autorização orçamentária. Esses compromissos constituem a chamada "Dívida Flutuante", e quando pagos, classificam-se como despesa extra-orçamentária.

No final do exercício, o Passivo Financeiro totalizou a importância de R\$ 2.193.758.639,00 representando 5,25% do Passivo Real, estando assim composto:

	R\$
Restos a Pagar	1.562.712.114,55
Serviço da Dívida a Pagar	167.028.594,00
Créditos de Contribuintes	26.321.032,24
Depósitos Diversos	398.706.153,06
Credores Diversos, Particulares	20.540.619,69
Credores Diversos, Públicos	18.450.125,46
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	2.193.758.639,00

4.4 - PASSIVO PERMANENTE

O Passivo Permanente compreende as dívidas fundadas interna e externa (compromissos com exigibilidade superior a 12 meses) e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate, e também a demonstração do Passivo Real das entidades autárquicas.

O Passivo Permanente atingiu o montante de R\$ 39.561.797.453,49, o que representa 94,75% do Passivo Real, tendo a seguinte composição:

DÍVIDA FUNDADA INTERNA	R\$	R\$
Empréstimos por Contratos	29.353.292.726,14	29.353.292.726,14
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA		
Empréstimos por Contratos	973.426.203,18	973.426.203,18
DIVERSOS		
Entidades Autárquicas com Passivo	168.139.187,63	
Encargos Decorr. Precat. Judiciais	6.200.709.552,89	
Dívida e Obrigações com o IPREM	1.127.162.892,35	
Parcelamento de Débito - Pasep	123.950.309,83	
Empréstimos com IPREM	1.351.887.178,91	
Dívida com INSS	<u>263.229.402,56</u>	9.235.078.524,17
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE		39.561.797.453,49

4.5 - SALDO PATRIMONIAL

A situação patrimonial da Prefeitura do Município de São Paulo sintetizada é:

ATIVO REAL	R\$	R\$
Ativo Financeiro	2.656.158.640,58	
Ativo Permanente	<u>37.416.471.152,47</u>	40.072.629.793,05
(-) PASSIVO REAL		
Passivo Financeiro	2.193.758.639,00	
Passivo Permanente	<u>39.561.797.453,49</u>	41.755.556.092,49
(=) RESULTADO PATRIMONIAL		
PASSIVO A DESCOBERTO		(1.682.926.299,44)

4.5.1-DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial é proveniente das contabilizações ocorridas no Balanço Patrimonial em contrapartida com as Variações Patrimoniais, que demonstramos a seguir:

	R\$
Saldo Exercício Anterior	(5.224.596.557,10)
Variações Ativas da Administração Direta (A)	27.059.378.220,70
(+) Variação Ativa - Resultante da Execução Orçamentária	15.816.968.974,50
(+) Variação Ativa - Independente da Execução Orçamentária	11.242.409.246,20
Variações Passivas da Administração Direta (B)	21.200.520.261,65
(-) Variação Passiva - Resultante da Execução Orçamentária	14.862.682.764,20
(-) Variação Passiva - Independente da Execução Orçamentária	6.337.837.497,45
Administração Direta - Superávit / (Déficit) : (A-B)	5.858.857.959,05
Variações Patrimoniais da Administração Indireta (Superávit)	(2.317.187.701,39)
(+) Variação Ativa da Administração Indireta*	2.081.357.903,65
(-) Variação Passiva da Administração Indireta	4.398.545.605,04
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	(1.682.926.299,44)

* Incluso ajuste de saldo referente a reserva efetuada pelo IPREM de que trata o Decreto nº 34.985/95.

4.5.1.1 – COMPARATIVO DO PASSIVO REAL A DESCOBERTO DE 2004 E 2005

Podemos observar no quadro a seguir que a situação do Passivo Real a Descoberto, herdado do exercício anterior, diminuiu significativamente, ou seja, 67,8%.

Ano	Passivo Real a Descoberto
2004	5.224.596.557,10
2005	1.682.926.299,44

4.6 – CONTAS DE COMPENSAÇÃO

O Ativo e Passivo Compensados atingiram o montante de R\$53.061.314.262,21, compreendendo valores de terceiros em poder da PMSP ou valores desta em poder de terceiros (sem a transferência efetiva da propriedade), responsabilidades de contratos e outros.

Foram contabilizados em contas de compensação os Empenhos Cancelados referentes a Restos a Pagar, conforme previsto no Decreto nº. 46.872/05, no montante de R\$235.654.101,28, e que serão atendidos por meio de DEA – Despesas de Exercícios Anteriores, na dotação de Encargos Gerais do Município supervisionados por cada Órgão da Administração Direta.

5 - DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Conforme disposto no § 2º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64 entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

O superávit financeiro alcançado foi de R\$462.400.001,58.

A título ilustrativo passamos a demonstrar o comportamento do superávit financeiro, nos últimos cinco anos (em milhões de reais):

	2001	2002	2003	2004	2005
Superávit Financeiro	205,3	(39,6)	(627,0)	(743,5)	462,4

6 - DO RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário, de que trata a Lei Complementar nº. 101/00, tem por finalidade demonstrar a diferença entre as receitas e as despesas primárias. Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassam as receitas não-financeiras.

O Resultado Primário alcançado foi de R\$1.800.396.247,45.

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado primário dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

R\$ milhões

Ano	Meta LDO Resultado Primário	Resultado Primário	Diferença em relação a Meta
2001	914,0	1.534,6	620,6
2002	1.113,3	877,0	(236,3)
2003	1.044,0	454,8	(589,2)
2004	961,5	611,5	(350,0)
2005	1.622,8	1.800,4	177,6

7- DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal, de que trata a Lei Complementar nº. 101/00, tem por finalidade representar a diferença da dívida fiscal líquida acumulada até o exercício em comparação ao exercício anterior. O saldo da dívida fiscal líquida corresponde ao saldo da dívida consolidado líquida somado às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos, decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores.

O Resultado Nominal alcançado foi superavitário em R\$ 318.840.929,87, obtido pela redução da dívida fiscal líquida de R\$31.291.996.141,72 para R\$30.973.155.211,85.

Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

R\$ milhões

ANO	Meta LDO Resultado Nominal	Resultado Nominal	Diferença em relação a Meta
2001	0	2.491,5	(2.491,5)
2002	207,7	6.405,8	(6.198,1)
2003	62,0	3.634,2	(3.572,2)
2004	3.641,0	5.274,6	(1.633,6)
2005	135,3	(318,8)	454,1

Conforme se observa houve uma redução da dívida, fruto das seguintes ações:

- Por intermédio de projeto de Lei aprovado pela Câmara, foi possível equacionar parte da dívida da ordem de R\$ 2,48 bilhões do Executivo com o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM).
- Aumento das disponibilidades de Caixa.

O IGP-DI apresentou uma queda de 2,04%, no período de maio a setembro de 2005, o que influenciou a redução da Dívida Fiscal Líquida.

8- NOTAS EXPLICATIVAS - PENDÊNCIAS DO EXERCÍCIO DE 2004

8.1 – DO SALDO DE RESTOS A PAGAR NEGATIVO

Quando da migração dos saldos do anterior Sistema de Execução Orçamentária para o atual, ocorreram inconsistências nos Empenhos de Restos a Pagar, referentes ao exercício de 2002, conforme informado pela empresa ICI – Instituto Curitiba de Informática, que desenvolveu o projeto “NovoSEO”.

Tais inconsistências permitiram operações de liquidações e/ou pagamentos com valores superiores às Reservas de Empenho, gerando saldos a pagar não processados negativos.

Essa situação está sendo tratada atualmente em conjunto com a Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo-ProdAm, buscando-se a devida regularização.

8.2 – DAS RECLASSIFICAÇÕES DO DISPONÍVEL PARA O REALIZÁVEL

As reclassificações do Disponível para o Realizável, ocorridas no exercício de 2004 cujos montantes não estavam contemplados por dotações orçamentárias a época, estão sendo tratados através do P.A . n.º 2006 –0.034.536 – 6, assim discriminados:

Banespa	: R\$	1.700.193,39
Eletropaulo	: R\$	55.739,66
Comgás	: R\$	3.027.544,62
Funset	: R\$	2.270.142,18

8.3 – DOS VALORES EM LÍTIJO JUDICIAL E RENEGOCIAÇÕES

Os valores referentes a Sabesp de R\$ 228 milhões e da Eletropaulo de R\$ 605 milhões, encontram-se, respectivamente, em litígio judicial e renegociações.

9 – RESUMO DAS PRINCIPAIS MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL EM 2005

A atual Administração ao assumir a Prefeitura do Município de São Paulo agiu no sentido de buscar o ajuste fiscal, seguindo as seguintes premissas:

- Não elevar a Carga Tributária;
- Corrigir injustiças com a extinção da Taxa do Lixo Domiciliar e isenção da COSIP;
- Pagar em dia os compromissos assumidos a partir de 01 de janeiro de 2005; e
- Não dar calote na dívida passada.

As diretrizes adotadas para o ajuste fiscal, foram:

- Reduzir despesas;
- Renegociar Dívidas; e
- Incrementar as Receitas.

9.1. – REDUÇÃO DAS DESPESAS

A redução das despesas ocorreu por meio da implementação de:

- Reavaliação e renegociação de contratos auferindo-se uma redução das despesas em R\$ 456,3 milhões por ano, o que representou uma economia de 17,4%;
- Redução das despesas com cargos em comissão, com uma economia anual de R\$ 37 milhões;
- Vedação de realização de concursos públicos;
- Vedação de revisão ou reajuste de salários nas Empresas Municipais;
- Suspensão das contratações de mão-de-obra terceirizada;
- Recadastramento dos servidores públicos; e
- Instituição da cobrança previdenciária de 11%.
- Disseminação da modalidade de pregão para aquisição de bens e serviços;

Em continuidade à redução de despesas temos as seguintes ações em andamento:

- Auditoria da Folha de Pagamento dos servidores públicos;
- Projeto de Lei em tramitação na Câmara autorizando a inversão das fases de Licitação com abertura das propostas de preços seguida da abertura da habilitação;
- Estabelecimento de Caixa Único do Tesouro Municipal, implementado a partir de 02 de janeiro de 2006;
- Obrigatoriedade de que a execução orçamentária seja efetuada por meio de Sistema Único Informatizado, para a administração direta e indireta implementado a partir de 02 de janeiro de 2006; e
- Levantamento de Haveres e Dívidas visando à promoção de encontros de contas.

9.2. – RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

Objetivando-se a redução de dívidas as seguintes ações foram tomadas:

- Iniciada a renegociação da dívida com a União para alteração do indexador da dívida, a equalização do limite de endividamento da Prefeitura ao dos Estados e utilização de créditos do FCVS da Prefeitura para pagamento do fluxo da dívida;
- Renegociação de R\$ 2,1Bilhões devidos a Fornecedores, com o pagamento em 2005 de contratos em até R\$ 100Mil e pagamento do saldo em sete parcelas a partir de 2006;
- Em 2005 foram pagos R\$ 948,0Milhões de dívidas do exercício anterior, sendo R\$ 488,8Milhões por DEA e R\$ 459,2Milhões de Restos a Pagar;
- Iniciada a renegociação de dívidas com a Sabesp de R\$ 228,0Milhões e com a Eletropaulo R\$ 605,0Milhões;
- Proposta de Emenda Constitucional – PEC para a vinculação de percentual fixo das despesas para pagamento de Precatórios;
- Equacionada a dívida para com o Instituto de Previdência do Municipal de São Paulo –IPREM, com a aprovação da Lei nº 13.973/05, que permite a quitação da dívida em quatro anos pela cobertura de insuficiências financeiras; e
- Equacionada a dívida de R\$ 126,0Milhões com o PASEP, pelo deferimento da Receita Federal do parcelamento em sessenta meses.

9.3. – AÇÕES PARA O INCREMENTO DAS RECEITAS

As ações implementadas para o incremento das receitas, foram:

- Licitação para contratação de instituições financeiras para serem responsáveis pela movimentação de recursos da prefeitura e pagamento aos servidores, resultou no acréscimo de R\$ 530,0Milhões das receitas de capital;
- Instituído mecanismo para inibir a evasão de recursos do ISS, pela simulação de estabelecimento de empresas em outros municípios;
- Cobrança administrativa de débitos tributários por meio de: operação “malha fina”, fiscalização de grandes contribuintes e envio periódico de cartas de cobrança;
- Implementadas medidas para evitar a sonegação do ITBI;
- Intensificação das ações de cobrança da Dívida Ativa;
- Redução do prazo de inscrição e baixa de empresas através da Internet;
- Recadastramento de Contribuintes do IPTU, permitindo a escolha da data de pagamento e local de entrega do Carnê;
- Consolidação das 86 Leis Tributárias Municipais; e
- Celebração de Termo de Adesão com a Secretaria do Tesouro Nacional, para que os Órgãos Federais procedam a retenção de ISS.

As ações implementadas resultaram no seguinte quadro dos principais incrementos de Receitas próprias:

RECEITA	VARIAÇÃO REAL (%)
ISS	13,45
IPTU	3,71
ITBI	12,22
Alienação de bens	89.603,37

Seguindo-se o objetivo de incremento das receitas as seguintes ações estão em andamento:

- Instituição do Cadastro Informativo Municipal – CADIN;
- Instituição do Programa de Parcelamento Incentivado – PPI;
- Implantação da Nota Fiscal Eletrônica;
- Implantação de um cadastro único de contribuintes, integrado com o fisco Federal e Estadual;
- Implantação de um novo sistema informatizado de administração tributária;
- Agilização da cobrança da Dívida Ativa;
- Cruzamento de informações com o Fisco Federal;
- Criação do Cadastro de Devedores em um único banco de dados;
- Criação do Conselho Municipal de Tributos; e
- Programa de Modernização Tributária.

9.4. – PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Decorrido um ano de gestão apresenta-se os seguintes principais resultados fiscais:

SUPERÁVIT	Em R\$
Orçamentário	1.201.935.947,36
Primário	1.800.396.247,45
Nominal	318.840.929,86
Financeiro	462.400.001,58

10 – DESAFIOS PARA 2006

- Manter o equilíbrio fiscal;
- Equacionar a dívida com o Tesouro Nacional, com fornecedores e com precatórios;
- Continuar o processo de redução de despesas; e
- Retomar a capacidade de realizar investimentos com recursos próprios e de terceiros.